



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Ofício nº 795/2023

Mococa, 18 de agosto de 2023

<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>		
<b>- MOCOCA -</b>		
<b>PROTOCOLO</b>		
<b>NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>RÚBRICA</b>
1979	18/08/23	

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Encaminhamos em anexo o projeto de lei complementar em epígrafe, cuja matéria versa sobre a alienação de imóvel público municipal, consistente em terreno localizado no bairro "Conjunto Habitacional Renato Costa Lima".

A alienação de imóvel público municipal, mediante projeto de lei complementar criteriosamente elaborado, representa uma oportunidade para o município obter vantagens significativas, com a geração de receitas adicionais e estímulo ao desenvolvimento econômico, essa medida possibilita a regularização fundiária, o planejamento urbano adequado e a atração de novos investimentos. Ao adotar uma postura responsável e comprometida com o interesse público, o município poderá alcançar um equilíbrio entre os interesses públicos e privados, promovendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável e o bem-estar da comunidade local.

A alienação de imóveis públicos, quando realizada com responsabilidade e requisitos bem definidos, pode ser uma estratégia eficiente para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Concluída a presente explanação, solicitamos de Vossas Excelências a boa acolhida da presente matéria.

Na oportunidade, apresentamos no ensejo nossos sinceros votos de estima e respeito.

Atenciosamente,

**EDUARDO RIBEIRO BARISON**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**GUILHERME DE SOUZA GOMES**  
Presidente da Câmara Municipal de  
Mococa - SP





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 18 DE AGOSTO DE 2023.**

*Autoriza a alienação de imóvel público municipal que especifica e dá outras providências.*

**EDUARDO RIBEIRO BARISON**, Prefeito Municipal de Mococa,  
Estado de São Paulo,

**FAÇO SABER** que, a Câmara Municipal de Mococa, em sessão ordinária realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023, aprovou o Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_/2023 de autoria do Prefeito Municipal de Mococa, Sr. Eduardo Ribeiro Barison e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

**Art. 1º** Fica autorizada a alienação, por meio de venda, do imóvel público municipal, de propriedade da Prefeitura Municipal de Mococa, caracterizado como Área Institucional 01, do Loteamento de Interesse Social "Conjunto Habitacional Renato Costa Lima", descrito abaixo:

I – Área Institucional 01: de forma irregular, inicia no ponto 01, conforme projeto, no alinhamento da Rua Clodoaldo Santos Figueiredo, na divisa do lote do Senhor Roberto Roque; daí segue em curva com desenvolvimento de 8,00 metros na confluência com a Rua Clodoaldo Santos Figueiredo com a Rua João Falarini, até encontrar o ponto 02; daí segue em linha reta pelo alinhamento da Rua João Falarini, numa distância de 46,00 metros, até encontrar o ponto 03; daí deflete à esquerda e segue em curva com desenvolvimento de 19,00 metros na confluência da Rua João Falarini com a Rua João Espanha, até encontrar o ponto 04; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 31,50 metros, confrontando com o lote do Senhor José Carlos de Roque, até encontrar o ponto 05; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o lote do Senhor Roberto Roque, até encontrar o ponto 01, onde teve início a presente descrição, perfazendo uma área de 605,00 metros quadrados.

**Art. 2º** A alienação deverá ser precedida, obrigatoriamente, de procedimento licitatório, na modalidade leilão, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
GABINETE DO PREFEITO**

---

**Art. 3º** O valor mínimo a ser pago pelo imóvel deverá ser apurado por Comissão Municipal de Avaliação, com ofertas não inferiores ao valor de referência.

Parágrafo único. O lance vencedor deverá ser pago à Prefeitura Municipal no prazo máximo de trinta dias após a celebração de instrumento contratual.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Fica revogada a Lei Complementar nº 309, de 04 de julho de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 18 DE AGOSTO DE 2023.



**EDUARDO RIBEIRO BARISON**  
Prefeito Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Lei Complementar nº 309, de 04 de julho de 2008.

*Autoriza a alienação, por concessão de direito real de uso com encargos, de imóvel público que especifica ao Projeto Social Providência Santíssima, para os fins que especifica e dá outras providências.*

**APARECIDO ESPANHA**, Prefeito Municipal de Mococa,

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 30 de junho de 2008, aprovou Projeto de Lei Complementar nº 025/2008, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, por concessão de direito real de uso, ao **Projeto Social Providência Santíssima**, inscrita no CNPJ sob nº 08.034.036/0001-06, a área municipal caracterizada como Área Institucional 01, do Loteamento de Interesse Social "Conjunto Habitacional Renato Costa Lima", abaixo descrita:

**"Área Institucional 01:** De forma irregular, inicia no ponto 01, conforme projeto, no alinhamento da Rua Clodoaldo Santos Figueiredo, na divisa do lote do Senhor Roberto Roque; daí segue em curva com desenvolvimento de 8,00 metros na confluência com a Rua Clodoaldo Santos Figueiredo com a Rua João Falarini, até encontrar o ponto 02; daí segue em linha reta pelo alinhamento da Rua João Falarini, numa distância de 46,00 metros, até encontrar o ponto 03; daí deflete à esquerda e segue em curva com desenvolvimento de 19,00 metros na confluência da Rua João Falarini com a Rua João Espanha, até encontrar o ponto 04; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 31,50 metros, confrontando com o lote do Senhor José Carlos de Roque, até encontrar o ponto 05; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o lote do Senhor Roberto Roque, até encontrar o ponto 01, onde teve início a presente descrição, perfazendo uma área de 605,00 metros quadrados.

Parágrafo único: A concessão de direito real de uso a que se refere o *caput* deste artigo será feito para o fim específico de expansão das atividades da entidade com a construção de dependências para secretaria e atendimento psicológico aos assistidos e de um salão para realização de cursos de trabalhos artesanais.

Art. 2º - A concessionária terá prazo de 12 (doze) meses após a publicação desta Lei Complementar para a apresentação do projeto definitivo e cronograma de construção, tendo 24 (vinte e quatro) meses para a conclusão da obra, a partir da apresentação do mencionado projeto.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Lei Complementar nº 309, de 04 de julho de 2008.

Art. 3º - No instrumento de concessão deverão constar os prazos para o término da construção, bem como o do início das atividades, ressaltando-se, inclusive, a destinação única e exclusiva da área.

Art. 4º - O não cumprimento das disposições contidas na presente Lei Complementar, implicará na retrocessão pura e simples da área ao patrimônio público, e respectivas construções e benfeitorias edificadas no local, sem quaisquer indenizações por parte da Municipalidade, a que título for.

Art. 5º - No caso da concessionária pretender a transferência do imóvel objeto desta concessão de direito real de uso a terceiros, somente poderá fazê-lo desde que mantidas as suas atividades originais e mediante prévia anuência da Prefeitura Municipal de Mococa, que poderá vetar a transferência, obtida por meio de Lei Complementar que a autorize.

Parágrafo 1º - O imóvel objeto desta concessão de direito real de uso não poderá ser oferecido como garantia, de qualquer espécie, por parte da concessionária.

Parágrafo 2º - Fica terminantemente proibida a locação, comodato ou qualquer outra forma de transmissão da área para terceiros, sem a prévia anuência da Prefeitura.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta da concessionária, inclusive as despesas com lavratura de escrituras, contratos, notificações, averbações em Cartórios, registros imobiliários e outras.

Art. 7º - O prazo de concessão será de 30 (trinta) anos, desde que cumpridas as disposições constantes no artigo 2º.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 04 de julho de 2008.

APARECIDO ESPANHA  
Prefeito Municipal





**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**PROCESSO Nº 177/2023**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: ORDINÁRIA**

**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO**

A propositura trata de projeto de lei protocolado em 18 de agosto de 2023, de iniciativa do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, que “Autoriza a alienação de imóvel público municipal que especifica e dá outras providências.”

Assim, encaminho esta propositura para Parecer Jurídico para análise de Regimentalidade, Legalidade e Constitucionalidade e para embasar a discussão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Câmara Municipal de Mococa, 21 de agosto de 2023.

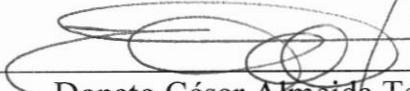
*Rosa Carolina Negrini da Costa*

Analista Legislativo


DATA DE RECEBIMENTO: 27 / 8 / 2023.



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

  
Donato César Almeida Teixeira  
Procurador Jurídico – OAB/SP 238.618

Após a devida análise e feitas as considerações necessárias, encaminho o parecer jurídico solicitado para os fins que especifica. Informo ainda que a entrega se deu na data de 30 / 8 / 2023.

  
Donato César Almeida Teixeira  
Procurador Jurídico – OAB/SP 238.618



## **Câmara Municipal de Mococa**

**PODER LEGISLATIVO**

**ATA RESUMIDA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO, SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2023, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL EDUARDO BARISON, QUE “DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO E AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” E O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL EDUARDO BARISON, QUE “AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO ÀS 19h00 DE 2023, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA.** Presidiu a audiência o Vereador Paulo Sérgio Miquelin, acompanhado dos demais membros Thiago José Colpani e José Roberto Pereira. Estiveram também presentes os Vereadores Nilton César Gregghi e Roseli Aparecida Faustino Batistuti. Além disso, marcaram presença o Secretário Municipal de Planejamento, Manoel Cássio de Sousa Filho, o Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison, e a Ex-Prefeita Maria Edna Gomes Maziero. O Presidente deu início ao evento saudando a todos e parabenizando pela realização da audiência pública. Posteriormente, abordou os principais propósitos da audiência, que se concentra na discussão dos Projetos de Lei Complementar nº 033/2023 e nº 035/2023. O Projeto de Lei Complementar nº 033/2023 trata da desafetação e autorização para alienação de imóveis públicos municipais, com especificações detalhadas, e traz outras providências. Já o Projeto de Lei Complementar nº 035/2023 versa sobre a autorização para a alienação de um imóvel público municipal, também com outras providências relevantes. O Presidente ressaltou a importância da participação ativa da comunidade na discussão desses assuntos municipais. O Vereador Thiago Colpani iniciou a discussão questionando a necessidade da venda de imóveis da prefeitura. O Senhor Prefeito Eduardo Barison respondeu que a venda visa a obtenção de recursos para investir no município. A ideia surgiu entre fevereiro e março de 2023. Sobre a quantidade de terrenos disponíveis, o Prefeito mencionou que há várias áreas, mas os dados ainda são imprecisos. O Presidente cedeu a palavra ao Vereador José Roberto Pereira, que, ressaltou a relevância do Projeto de Lei, enfatizando o retorno financeiro esperado a médio e longo prazo. O Vereador justificou a ausência da Vereadora Valdirene Donizeti Miranda devido a motivos de saúde. Após a fala do Vereador José Roberto Pereira, o Presidente passou a palavra ao Vereador Nilton César Gregghi. O Vereador esclareceu que, de acordo com o parecer do Procurador Jurídico, os Projetos de Lei não são inconstitucionais, e expressou seu apoio aos projetos. O Prefeito Eduardo Barison ressaltou a



## Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

necessidade estratégica da divisão dos lotes para um melhor aproveitamento do espaço e mencionou a importância de tornar os valores mais acessíveis para facilitar as vendas futuras. A Vereadora Adriana Batista da Silva questionou o Secretário Municipal de Planejamento, Manoel Cássio de Sousa Filho, sobre a possibilidade de parte do dinheiro arrecadado ser destinado para a reforma da Escola Municipal Hermelinda Vieira. O Secretário respondeu que os recursos arrecadados com as vendas dos imóveis e a verba para a reforma da escola estão categorizadas como questões de obras, portanto, ambas estão na mesma receita, não havendo impedimento para a realização da reforma da escola. A Vereadora Roseli Aparecida Faustino Batistuti expressou seu apoio aos projetos, declarando-se favorável. Não havendo nada mais a tratar e nenhuma pergunta a mais para ser respondida, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da Audiência Pública desejando boa noite a todos.

Esta Audiência Pública pode ser assistida na íntegra no canal oficial da Câmara Municipal de Mococa no Youtube, pelo link: <https://www.youtube.com/live/cqMlxp75Ndg?si=IQMNoEADkTykPOR6>


Câmara Municipal de Mococa, 24 de agosto de 2023.

Paulo Sérgio Miquelín

José Roberto Pereira

Thiago José Colpani

# PROTOCOLO

Número	Data	Rubrica
2080	28/08/2023	

# DESPACHO

**APROVADO**

28/08/2023

GUILHERME DE SOUZA GOMES  
Presidente

## EMENTA

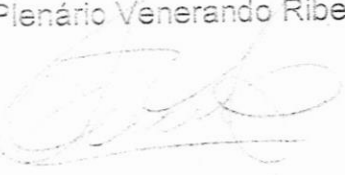


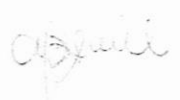
Requer convocação de Sessão Extraordinária para aprovação de matérias que especifica.

REQUERIMENTO Nº 582/2023.

Os Vereadores que subscrevem, dentro das disposições Regimentais e após a manifestação do Nobre Plenário, tendo em vista a finalidade da propositura, requerem convocação de Sessão Extraordinária para as seguintes matérias:

1. PROJETO DE LEI Nº 080/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison – Autoriza a abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.
2. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison – Dispõe sobre desafetação e autoriza a alienação de imóveis públicos municipais que especifica e dá outras providências.
3. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison – Autoriza a alienação de imóvel público municipal que especifica e dá outras providências.
5. PROJETO DE LEI Nº 077/2023, de autoria do Prefeito Municipal Eduardo Ribeiro Barison – Altera as Emendas Impositivas nº 8 e nº 82 no ANEXO - EMENDAS IMPOSITIVAS - LOA 2023 da Lei Nº 5.099, de 29 de dezembro de 2022, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 28 de agosto de 2023.

# VOTAÇÃO NOMINAL

SESSÃO : 25ª SESSÃO ORDINÁRIA - 18ª LEGISLATURA - 3º PERÍODO  
 DATA : 28 DE AGOSTO DE 2023  
 HORÁRIO : 19 HORAS.  
 QUORUM : MAIORIA ABSOLUTA.  
 MATÉRIA : REQUERIMENTO SOLICITANDO SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
 TURNO : ÚNICO.  
 PROTOCOLO : /2023

VEREADORES		VOTOS			
		FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	AUSENTE	ABSTENÇÃO
1-	ADRIANA BATISTA DA SILVA	0			
2-	ADRIANA PERIANEZ RUIZ	0			
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	0			
4-	CLAYTON DIVINO BOCH	0			
5-	ELISÂNGELA MAZIERO	0			
6-	GUILHERME GOMES	0			
7-	JOSÉ ANTÔNIO SOUSA - ZÉ DA COBRA			X	
8-	JOSÉ ROBERTO PEREIRA - BOB	0			
9-	NILTON CÉSAR GREGHI - PROFESSOR BATATA	0			
10-	PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS - PAULO DOÇÃO	0			
11-	PAULO SÉRGIO MIQUELIN	0			
12-	PRISCILA GONÇALVES	0			
13-	ROSELI APARECIDA FAUSTINO BATISTUTI	0			
14-	THIAGO JOSÉ COLPANI	0			
15-	VALDIRENE DONIZETI DA SILVA MIRANDA	0			

## RESULTADO

Votos Favoráveis : 14  
 Votos Contrários :  
 Ausentes : 01  
 Abstenções :  
 Total :

1º Secretário



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**PROCESSO Nº 177/2023**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023**

**REGIME DE TRAMITAÇÃO: URGÊNCIA ESPECIAL**

**DESPACHO**

Nos termos do art. 177, do Regimento Interno da Câmara Municipal, nomeio como relator especial o(a) vereador(a) Roseli Aparecida Faustino Batistuti.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 21 de agosto de 2023.

**PAULO SÉRGIO MIQUELIN**  
Presidente em exercício



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**RELATOR(A) ESPECIAL**

**REFERÊNCIA :- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº**  
**035/2023**

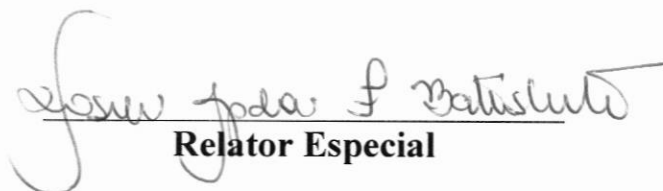
**INTERESSADO :- Prefeito Municipal**

**ASSUNTO :- Autoriza a alienação de imóvel público municipal**  
**que especifica e dá outras providências**

**RELATOR(A)**  
**ESPECIAL :- Roseli Aparecida Faustino Batistuti**

Como relator(a) especial da presente matéria, após estudos, chego a conclusão que a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto Constitucional, Legal e Regimental, e estando meritoriamente embasada, resolvo acolhê-la na forma como está redigida, exarando parecer FAVORÁVEL, à sua aprovação.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 21 de agosto de 2023.

  
**Relator Especial**





Câmara Municipal de Mococa  
PODER LEGISLATIVO  
**VOTAÇÃO NOMINAL**

SESSÃO 28ª SESSÃO ORDINÁRIA 18ª LEGISLATURA – 3º PERÍODO  
DATA 28/08/2023  
HORÁRIO 21H00  
QUORUM MAIORIA ABSOLUTA  
MATÉRIA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023  
TURNO 1ª DISCUSSÃO  
PROCESSO /2023

VOTOS					
VEREADORES		Favorá vel	Contrá rio	Absten ção	Ausente
1-	ADRIANA BATISTA DA SILVA	<input type="radio"/>			
2-	ADRIANA PERIANEZ RUIZ (ADRIANA DO PAULINHO)	<input type="radio"/>			
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	<input type="radio"/>			
4-	CLAYTON DIVINO BOCH	<input type="radio"/>			
5-	ELISÂNGELA MAZIERO	<input type="radio"/>			
6-	GUILHERME GOMES	<input type="radio"/>			
7-	JOSÉ ANTÔNIO SOUSA (ZÉ DA COBRA)				<input checked="" type="checkbox"/>
8-	JOSÉ ROBERTO PEREIRA (BOB)	<input type="radio"/>			
9-	NILTON CÉSAR GREGHI (PROFESSOR BATATA)	<input type="radio"/>			
10-	PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS (DOÇÃO)	<input type="radio"/>			
11-	PAULO SÉRGIO MIQUELIN	<input type="radio"/>			
12-	PRISCILA GONÇALVES	<input type="radio"/>			
13-	ROSELI APARECIDA FAUSTINO BATISTUTI	<input type="radio"/>			
14-	THIAGO JOSÉ COLPANI	<input type="radio"/>			
15-	VALDIRENE DONIZETI DA SILVA MIRANDA	<input type="radio"/>			
TOTAL:.....					



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**RESULTADO**

Favoráveis	:	14
Contrários	:	
Abstenções	:	
Ausentes	:	01
Total	:	

\_\_\_\_\_  
1º Secretário



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**VOTAÇÃO NOMINAL**

SESSÃO 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 18ª LEGISLATURA – 3º PERÍODO  
DATA 28/08/2023  
HORÁRIO 21H00  
QUORUM MAIORIA ABSOLUTA  
MATÉRIA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023  
TURNO 2ª DISCUSSÃO  
PROCESSO /2023

VOTOS					
VEREADORES		Favorá vel	Contrá rio	Absten ção	Ausente
1-	ADRIANA BATISTA DA SILVA	0			
2-	ADRIANA PERIANEZ RUIZ (ADRIANA DO PAULINHO)	0			
3-	BRASILINO ANTONIO DE MORAES	0			
4-	CLAYTON DIVINO BOCH	0			
5-	ELISÂNGELA MAZIERO	0			
6-	GUILHERME GOMES	0			
7-	JOSÉ ANTÔNIO SOUSA (ZÉ DA COBRA)				X
8-	JOSÉ ROBERTO PEREIRA (BOB)	0			
9-	NILTON CÉSAR GREGHI (PROFESSOR BATATA)	0			
10-	PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS (DOÇÃO)	0			
11-	PAULO SÉRGIO MIQUELIN	0			
12-	PRISCILA GONÇALVES	0			
13-	ROSELI APARECIDA FAUSTINO BATISTUTI	0			
14-	THIAGO JOSÉ COLPANI	0			
15-	VALDIRENE DONIZETI DA SILVA MIRANDA	0			
TOTAL.....					



**Câmara Municipal de Mococa**  
**PODER LEGISLATIVO**

**RESULTADO**

Favoráveis	:	14
Contrários	:	
Abstenções	:	
Ausentes	:	01
Total	:	

\_\_\_\_\_  
1º Secretário



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**AUTÓGRAFO Nº 095/2023**  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023

*“Autoriza a alienação de imóvel público municipal que  
específica e dá outras providências.”*

Art. 1º Fica autorizada a alienação, por meio de venda, do imóvel público municipal, de propriedade da Prefeitura Municipal de Mococa, caracterizado como Área Institucional 01, do Loteamento de Interesse Social “Conjunto Habitacional Renato Costa Lima”, descrito abaixo:

I – Área Institucional 01: de forma irregular, inicia no ponto 01, conforme projeto, no alinhamento da Rua Clodoaldo Santos Figueiredo, na divisa do lote do Senhor Roberto Roque; daí segue em curva com desenvolvimento de 8,00 metros na confluência com a Rua Clodoaldo Santos Figueiredo com a Rua João Falarini, até encontrar o ponto 02; daí segue em linha reta pelo alinhamento da Rua João Falarini, numa distância de 46,00 metros, até encontrar o ponto 03; daí deflete à esquerda e segue em curva com desenvolvimento de 19,00 metros na confluência da Rua João Falarini com a Rua João Espanha, até encontrar o ponto 04; daí deflete à esquerda e segue em linha reta numa distância de 31,50 metros, confrontando com o lote do Senhor José Carlos de Roque, até encontrar o ponto 05; daí deflete à direita e segue em linha reta numa distância de 30,00 metros, confrontando com o lote do Senhor Roberto Roque, até encontrar o ponto 01, onde teve início a presente descrição, perfazendo uma área de 605,00 metros quadrados.

Art. 2º A alienação deverá ser precedida, obrigatoriamente, de procedimento licitatório, na modalidade leilão, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 3º O valor mínimo a ser pago pelo imóvel deverá ser apurado por Comissão Municipal de Avaliação, com ofertas não inferiores ao valor de referência.



**Câmara Municipal de Mococa**  
PODER LEGISLATIVO

**AUTÓGRAFO Nº 095/2023**  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2023

Parágrafo único. O lance vencedor deverá ser pago à Prefeitura Municipal no prazo máximo de trinta dias após a celebração de instrumento contratual.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 309, de 04 de julho de 2008.

**Câmara Municipal de Mococa, 28 de agosto de 2023.**



**GUILHERME DE SOUZA GOMES**

**Presidente**



**PAULO SÉRGIO MIQUELIN**

**1º secretário**



**ADRIANA PERIANEZ RUIZ**

**2ª secretária**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

## PODER LEGISLATIVO

### PARECER JURÍDICO Nº 76/2023

<b>REFERÊNCIAS:</b>	<i>Bens Públicos. Alienação de Imóvel Público. Licitações. Leilão.</i>
<b>INTERESSADOS:</b>	Vereadores. Prefeito Eduardo Ribeiro Barison.

Trata-se de consulta escrita acerca da viabilidade jurídica do projeto de lei complementar nº 35/2023, de autoria do Prefeito Eduardo Ribeiro Barison. A propositura autoriza a alienação de imóvel público municipal. Especificamente, refere-se ao terreno localizado no bairro “Conjunto Habitacional Renato Costa Lima”

Sucintamente, passo a responder:

Preliminarmente, cumpre consignar que os bens públicos são divididos em três categorias: de uso comum, de uso especial e dominicais. Nessa senda, o Código Civil dispõe o seguinte:

“Art. 99. São bens públicos:

- I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;
- II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
- III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.”

Assim, importa ressaltar que os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial se caracterizam como inalienáveis, imprescritíveis, impenhoráveis e insuscetíveis de onerosidade. Por outro lado, deve-se destacar que os bens dominicais não se sujeitam a esses princípios e são conceituados, segundo Hely Lopes Meirelles:

“(…) bens dominiais ou do patrimônio disponível: são aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim o desejar.”

Destarte, o Poder Público pode estabelecer normas sobre esses bens e exigir retribuição por seu uso particular. Nesse sentido, os bens de domínio



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA

## PODER LEGISLATIVO

público do Estado (uso comum do povo e especiais) estão submetidos aos preceitos do direito público, ao passo que os bens dominicais podem se valer, além desses preceitos, dos institutos de direito privado, tais como a locação, o arrendamento, o comodato, a autorização, a permissão, a concessão, alienação, entre outros.

Sob essa perspectiva, destaco que o projeto não deixa claro a tipificação do bem a ser alienado (se é de uso comum, especial ou dominical), entretanto, caso não seja um bem dominical, há a possibilidade de desafetação do bem para alterar a sua qualificação ou destinação.


Ademais, embora descrito no artigo 1º da propositura, o anexo de um mapa com indicação do local preciso do imóvel ajudaria os vereadores a visualizarem e avaliarem melhor a área objeto do projeto.

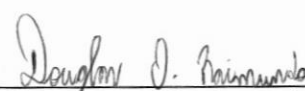
Em última análise, a propositura especifica, em seu artigo 2º, que será realizada licitação na modalidade leilão (sob os parâmetros da Lei 14.133/21). Desse modo, deve-se observar o que dispõe o artigo 31 (além de seus parágrafos e incisos) da presente lei e, notadamente, o critério de julgamento por maior preço.

Portanto, desde que seja observado o que foi supracitado, não há óbices quanto ao prosseguimento do projeto.

São as considerações que submeto à apreciação.

Mococa, 30 de agosto de 2023.

  
Donato César Almeida Teixeira  
Procurador Jurídico – OAB/SP 238.618

  
Douglas de Oliveira Raimundo  
Estagiário